



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

ACTA Nº 1/98

3ª. REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE DEZEMBRO DE 1997

8 de Janeiro de 1998

Os trabalhos foram declarados abertos nos Recreios da Amadora, pelas 17.30 horas.

Mesa: Mário Ventura Henriques.

Miguel Paulo Nunes de Mendes Gabriel.

Joaquim Marques.

Membros presentes: Todos, com excepção dos Senhores António Mira, a Senhora Dª. Isabel Ferreira, os Senhores João Vieira, José Félix, João Caldeira, Manuel Jerónimo, a Senhora Dª. Maria do Rosário Martins e o Senhor Rui Amendoeira, conforme consta da relação anexa.

Presenças da Câmara Municipal: O Senhor Presidente Orlando de Almeida, a Senhora Vereadora Helena Bastos, os Senhores Vereadores Fernando Pereira, Cumbre Tavares, Quadrado Rego, Rodrigues Branco, Carlos Silva e Granja da Fonseca.

### I - ORDEM DE TRABALHOS

4 – Apreciação para aprovação, nos termos da alínea b), do nº. 2, do Artº. 39º., do Decreto-Lei nº. 100/84, de 29 de Março, conjugado com a Lei nº. 18/91, de 12 de Junho, do *“Plano de Actividades e Orçamento da CMA para o ano de 1998”*

### II – APROVAÇÃO DE ACTAS

Foi colocada à consideração da Assembleia a Acta nº. 15/97.

De seguida, foi colocada à discussão, e não havendo intervenções, foi a mesma submetida à votação, sendo aprovada por maioria, com 25 votos a favor e 2 abstenções.

### **III - CORRESPONDÊNCIA**

Procedeu-se à leitura do resumo constante da folha que se anexa com esse título.

### **IV - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

O Senhor Presidente da Assembleia abriu este período, tendo-se inscrito os Senhores Luis Catarino e António de Jesus Lopes.

O Senhor Luis Catarino, perguntou para quando estava marcada a tomada de posse e se a Comissão Permanente tinha Actas das suas reuniões. Finalmente, perguntou se haviam sido verificadas anomalias no processo eleitoral, e qual o nome do Juiz da Assembleia de Apuramento.

O Senhor António de Jesus Lopes procedeu à leitura de um documento (Documento anexo à presente Acta).

O Senhor Presidente da Assembleia usou da palavra para informar que a Comissão Permanente não elabora actas das suas reuniões, mas sim pareceres, quando tal se justifique. Informou ainda, que a data da tomada de posse ainda não estava marcada, e que desconhecia a existência de anomalias, assim como o nome do Juiz que preside à Assembleia de Apuramento.

Após esta informações, o Senhor Presidente da Assembleia, deu este período por encerrado.

### **V - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DE TRABALHOS**

O Senhor Presidente da Assembleia informou ter dado entrada na Mesa uma Moção sobre a Empresa Cabos D'Ávila, apresentada pela bancada da CDU, que passou a ler.

Após a sua leitura, colocou-a à admissão, sendo admitida por unanimidade dos 26 Membros presentes.

De seguida, colocou a Moção à discussão, intervindo os Senhores Tremço de Brito, Francisco Mota e José Teodoro.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Não havendo mais intervenções, colocou-a à votação, sendo aprovada por unanimidade dos 27 Membros presentes (Documento anexo à presente Acta).

Após esta votação, o Senhor Presidente da Assembleia, declarou abertas as inscrições para intervenção neste período, tendo-se inscrito os Senhores Alves Nunes, Armando Paulino e Catolino Pinto.

O Senhor Alves Nunes, na sua intervenção, falou sobre a Assembleia de Apuramento Eleitoral. Informou, que a Junta de Freguesia da Venteira estava solidária com os comerciantes da Rua António Sardinha, tendo para o efeito remetido vários faxes para a Câmara Municipal e para o Presidente do Conselho de Administração da SANEST, a pedir informações sobre a situação das obras, não tendo recebido qualquer resposta até então. Foi informado pela Câmara Municipal, através de fax, que as obras da SANEST iriam recomeçar na Praça D. João I, junto ao Lido, e em face disso, iriam proceder a alterações de trânsito na zona. Como resposta, disse, a Junta de Freguesia, enviou faxes para o Senhor Presidente da Câmara, para os Vereadores dos Pelouros das Obras e do Trânsito, para a Engenheira responsável pela sinalização e para a Associação de Comerciantes, opondo-se terminantemente e pedindo à Câmara Municipal uma posição muito firme em relação à SANEST por forma a não ser autorizado o reinício das obras enquanto a Rua António Sardinha não fosse concluída. Por fim, entregou à Mesa quatro fotografias para serem anexas ao documento entregue pelo Munícipe António de Jesus Lopes.

O Senhor Armando Paulino, na sua intervenção, disse que a Câmara Municipal está representada na SANEST, e perguntou se o Administrador nomeado pela mesma não tem tido uma intervenção correcta, se não deu explicações válidas, ou se estaria em causa a representação da Câmara no Conselho de Administração. Por fim, informou que as obras de construção de habitação social, na Brandoa, continuam paradas e que estavam a ser ocupadas por marginais, pelo que solicitou a colocação de vedação nas mesmas, assim como a retirada dos materiais que lá se encontram.



O Senhor Alves Nunes, voltou a intervir para informar que a Junta de Freguesia da Venteira, no dia 18 de Dezembro, divulgou um comunicado, junto dos Comerciantes, no qual colocava ao seu dispôr o serviço de apoio jurídico da mesma.

O Senhor Catolino Pinto, na sua intervenção, falou sobre a informação constante do Boletim Municipal, na qual dá conta das conclusões de uma reunião entre a Câmara Municipal e os Senhores Ministros do Equipamento e Obras Públicas e da Saúde a propósito do Centro de Saúde de Alfragide.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para falar sobre o Centro de Saúde de Alfragide, confirmando a realização da reunião com os Senhores Ministros das Obras Públicas e da Saúde e onde foi sugerido, pela Câmara, que o Centro de Saúde funcionasse em espaço da Autarquia.

O Senhor Catolino Pinto voltou a intervir para dizer que havia sido informado, de que a Câmara teria pedido ao Ministério quarenta mil contos, pela cedência das instalações, pelo que perguntou se era ou não verdadeira essa informação.

Foi dada novamente a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para esclarecer que a Câmara propôs ao Ministério a compra pelo custo de construção ou, o aluguer e, caso não estivesse previsto aquele quantitativo no Orçamento Geral do Estado, o seu pagamento ficaria adiado para o próximo, podendo o Ministério da Saúde ocupar o espaço. Justificou a proposta feita ao Ministério, dizendo que a Câmara quando adquire um terreno ao Estado paga-o, pelo que o Estado também deverá pagar. Falou ainda sobre a SANEST, dizendo que sempre houve conflitos entre esta e a Câmara, no que respeita à execução das obras. Esclareceu que a Amadora e Sintra apenas têm administradores de dois em dois anos, enquanto que Oeiras e Cascais têm administradores permanentes. Por fim, informou que foi realizada uma reunião entre a Câmara e o empreiteiro que está a construir os fogos de habitação social na Brandoa, mas não esteve presente na reunião pelo que lhe era impossível prestar informações sobre a mesma.

Após esta intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia, deu este período por encerrado.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

### VI - PERÍODO DA ORDEM DE TRABALHOS

4 – Apreciação para aprovação, nos termos da alínea b), do nº. 2, do Artº. 39º., do Decreto-Lei nº. 100/84, de 29 de Março, conjugado com a Lei nº. 18/91, de 12 de Junho, do *“Plano de Actividades e Orçamento da CMA para o ano de 1998”*

O Senhor Presidente da Assembleia informou que a Comissão de Administração Geral e Finanças havia reunido para analisar esta matéria, tendo emitido um Parecer, que passou a ler (Documento anexo à presente Acta).

De seguida, colocou as propostas à discussão, tendo intervindo os Senhores Galhanas da Luz, Henrique Lourenço, Joel Monteiro, António Filipe, Alves Nunes, Guilherme Guimarães para apresentar um protesto, Jaime Garcia, a Senhora Dª. Maria Luisa Jubilado, os Senhores José Teodoro, José Fernandes, Catolino Pinto, Manuel Frade, Tremço de Brito, Marques Pedrosa, novamente o Senhor José Teodoro para ler uma Declaração Política em nome da Bancada do PSD (Documento anexo à presente Acta), o Senhor Presidente da Câmara e a Senhora Vereadora Helena Bastos, para prestarem alguns esclarecimentos.

Não havendo mais intervenções, foi o Plano de Actividades para o ano de 1998 colocado à votação, sendo aprovado por maioria, com 16 votos a favor, 1 voto contra e 14 abstenções (Documentos anexos à presente Acta).

Seguidamente, colocou o Orçamento para o ano de 1998 à votação, sendo aprovado por maioria, com 16 votos a favor, 1 voto contra e 14 abstenções (Documentos anexos à presente Acta).

Foi feita uma Declaração de Voto pelo Senhor Guilherme Guimarães, em nome da Bancada do PS.

Por proposta do Senhor Presidente da Assembleia, as deliberações foram tomadas em minuta.

O Senhor Presidente da Assembleia deu este ponto por encerrado.

Esgotada a Ordem de Trabalhos o Senhor Presidente da Assembleia deu a Sessão por encerrada, pelas 21.00 horas.

*António Galhanas da Luz*  
5 *Fernando*  
*Discretário*